

OS SERVIÇOS COMO TRABALHO PRODUTIVO:

Pressupostos teóricos ao entendimento de seu papel na produção capitalista*

Ellen Tristão**
(UFVJM/GECEP)

Resumo: O horizonte deste artigo é compreender a participação dos serviços na produção capitalista contemporânea. O pressuposto para tal é um enfrentamento da polêmica trabalho produtivo ou improdutivo. Entende-se que a utilização capitalista dos serviços apresenta contradições, seja para os serviços em si, seja para a própria lógica de acumulação capitalista, consequência do objeto dos serviços ser os homens e não a natureza. Nossa hipótese é que a complexidade e especificidade dos serviços não impedem que estes sejam trabalho produtivo, uma vez que esta definição decorre de sua inserção social na produção capitalista e não de seu conteúdo.

Palavras-chave: Serviços, Trabalho produtivo, Trabalho coletivo.

Abstract: The aim of this article is to comprehend the singnificance of services in contemporary capitalist production. It requires confronting the debate on either services constitute productive or unproductive labor. It is understood that the capitalist use of services presents contradictions, for the service itself as well as for the logic of capitalist accumulation, consequence of the fact that the object of the services are humans and not nature. Our hypothesis is that the complexity and specificity of services do not prevent them from being productive labor, since this definition stems from their social insertion in capitalist production and not its content.

Keywords: Services, Productive labor, collective labor.

Sessões Ordinárias

Área: 3. Economia Política, Capitalismo e Socialismo / **Subárea:** 3.1. Teoria do Valor

INTRODUÇÃO

A partir da crise dos anos 1960/70, o capital movimenta-se para recuperar as taxas de lucro. Neste sentido, são muitas as tentativas: a chamada reestruturação produtiva¹, a hipertrofia das finanças², todas estas “saídas” que carregam consigo uma enorme complexidade e inúmeras

* Agradeço aos comentários de Cláudio Gontijo (UFMG), Reinaldo Carcanholo (*in memoria*) e João Leonardo Medeiros (UFF), os quais, em 2011, debateram comigo uma linha de pesquisa hoje transformada neste artigo. Muitas de minhas conclusões aqui, antes apenas dúvidas, se desenvolveram a partir de suas pertinentes considerações, ainda que todo equívoco aqui presente seja de minha inteira responsabilidade. Uma versão deste artigo foi publicada sob o título “A atividade de serviços no capitalismo contemporâneo: tendência ou contratendência?” nos Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 depois.

** Economista pela UNESP, Mestre em Serviço Social pela UFRJ, professora Assistente na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Pesquisadora do Grupo de Estudos de Crítica da Economia Política (GECEP).

¹ Destacamos as elaborações de Antunes (2000), Harvey (1993); e numa visão distinta destas análises Moraes Neto (2003) e Lupatini (2011). Segundo este último, as modificações no processo produtivo, seja com inserção da base técnica microeletrônica, “radicalização da grande indústria”, ou com a precarização das relações de trabalho e utilização de “formas pretéritas de trabalho” tendem a valorizar capital e criar mais-valia (pressuposto para sua apropriação mediante o lucro), seja na forma relativa, como no primeiro caso, seja na forma absoluta como no segundo. A primeira contribuiria para o estreitamento da base de valorização, ainda que aqueles que a utilizem consigam aumentar suas taxas de lucro individualmente, e a segunda alarga esta base.

² Este é um dos temas de maior relevância na análise marxiana na contemporaneidade, o qual, como não poderia deixar de ser, apresenta diversas interpretações. Destacamos Chesnais (2010), Carcanholo e Nakatani (1999) e Carcanholo e Sabadini (2009). Vale demarcar, que nas interpretações que aqui destacamos, as “finanças” são formas de apropriação e não de produção de mais-valia.

contradições, neste sentido, porque não pensar também no crescimento do setor de serviços? Esta atividade é responsável hoje, em países como Brasil ou Estados Unidos, por mais de 70% do emprego.

Entendemos que os serviços são atividades de difícil apreensão: seja porque sua definição usual se distancia da análise a partir de uma perspectiva marxiana³, seja por Karl Marx não ter sistematicamente tratado desta atividade, seja ainda pelas numerosas controvérsias em torno deste tema no próprio campo marxista. Diante desta complexidade, como compreender a participação dos serviços na acumulação capitalista no capitalismo contemporâneo? ⁴ Os serviços são atividade produtiva ou apenas se apropriam de valor?

A temática que ora apresentamos é um desdobramento de nossas pesquisas pretéritas, cujo eixo norteador se estruturou na compreensão da participação dos serviços na produção capitalista e das decorrentes contradições de sua utilização capitalista, seja para a atividade em si, seja para a produção capitalista. A abordagem desta problemática justifica-se por entendermos que muitos serviços subsumidos formal ou realmente à produção capitalista, estes entendidos como “[...] expressão para o *valor de uso* do trabalho, na medida em que este não é útil como coisa mas como atividade” (MARX, 1985, p. 118), são atividades que se distinguem essencialmente da atividade laborativa de transformação da natureza, uma vez que se direcionam a outros homens, o que Lukács (2004) denomina como posições teleológicas secundárias. Dentre estas atividades, numa concepção mais fenomênica, temos tanto os serviços pessoais (educação, medicina, cuidados com idosos, crianças etc.), serviços vinculados à produção (engenharia, *designer*, faturamento, transporte), serviços bancários, contábeis dentre outros. Em termos mais substantivos, temos atividades que servem à produção de mais-valia, à sua realização e a sua movimentação social. A grande questão é: qual o papel preponderante desta atividade na sociedade capitalista contemporânea?

Entendemos que para tal, uma compreensão das categorias do trabalho produtivo e trabalho improdutivo em Marx é essencial. Entender os serviços como trabalho produtivo ou improdutivo permite-nos uma apreensão da participação dessa atividade no processo de produção capitalista contemporâneo. Se produtivo contribuiria para o alargamento da estreita base de valorização do capital: o trabalho vivo, o qual, com o desenvolvimento desse modo de produção, tende a diminuir relativamente frente o trabalho já objetivado, que não produz valor e nem mais-valia. Se atividade produtiva, seu crescimento nas últimas décadas constituir-se-ia como contratendência a queda da taxa de lucro, se improdutivo contribuiria a esta tendência.

³ Por exemplo, muitas atividades que são diretamente produtivas são consideradas como serviços, como o caso do transporte ou a construção civil, ou, em outro extremo, atividades que são apenas circulação, como o comércio em geral, são consideradas serviços pela Contabilidade Nacional. Ribeiro e Almeida (2006) trazem uma interessante proposta de análise das contas nacionais a partir de outra perspectiva, com base nos desenvolvimentos marxianos.

⁴ Entendido como a configuração do capitalismo que se inicia a partir da crise de 1960/70.

A crise dos anos 1960/70 constituiu-se em uma crise típica de superprodução de capital, cuja manifestação mais evidente foi à queda na taxa de lucro.⁵ Karl Marx (1983), em sua obra máxima *O Capital*, nos apresenta na Seção III do Livro Terceiro, a Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro. Esta lei se manifesta basicamente devido ao crescimento do capital global ($c + v$) em ritmo muito maior do que o crescimento da mais-valia (m), o que é resultado de um aumento da composição orgânica do capital (c/v).⁶ Como a taxa de lucro é a relação entre a mais-valia e o capital global ($m/c+v$), tem-se tendencialmente uma queda desta taxa. Marx explicita isto nos seguintes termos:

A mesma taxa de mais-valia com grau constante de exploração do trabalho expressar-se-ia assim em uma taxa decrescente de lucro, porque com seu volume material cresce também, ainda que não na mesma proporção, o volume de valor do capital constante c , com isto, o do capital global. Supondo-se que agora, além disso, que esta mudança gradual na composição do capital não ocorra meramente em esferas isoladas da produção, mas mais ou menos em todas ou então nas esferas da produção decisivas, que ela implique, portanto, modificações na composição orgânica média do capital global pertencente a determinada sociedade, então esse crescimento paulatino do capital constante precisa, em relação ao capital variável, ter necessariamente por resultado uma queda gradual na taxa de lucro geral com taxa constante de mais-valia ou grau constante de exploração do trabalho pelo capital. (MARX, 1983, III, I, p. 163)⁷

Após apresentar a Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro, Marx nos apresenta seis causas contrariantes, ou seja, seis elementos que atuam como contratendência à queda da taxa de lucro. Estas contratendências, em termos muito gerais (e com risco de as deturparmos pela tentativa de síntese), são: i) elevação do grau de exploração do trabalho: o aumento da taxa de mais-valia (m/v) resulta em um maior excedente, com mesmo *quantum* de capital variável; ii) compressão do salário abaixo de seu valor: o que diminui o valor dispendido em salários (tempo de trabalho necessário) e aumenta proporcionalmente a mais-valia (tempo de trabalho excedente); iii) barateamento do capital constante: em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas – que também resultam no aumento da composição orgânica do capital – há uma diminuição no valor dos meios de produção; iv) superpopulação relativa: que pressiona o salário para baixo da média com as mesmas consequências de “ii”; v) comércio exterior: o comércio entre países cujos ramos produtivos têm maior composição orgânica do capital e países mais atrasados em seu desenvolvimento das forças produtivas permite aos primeiros comercializar com taxas de lucro maiores do que a média em uma economia baseada apenas no comércio interno, há então uma apropriação de lucro dos primeiros em detrimento dos segundos; vi) aumento do capital por ações: o capital que se apropria de juros contribuiria para um aumento na taxa média de lucro, uma vez que não disputa a divisão deste montante de lucro, embora possa contribuir para sua produção, desde que seja sociedade acionária voltada à produção.

⁵ Sobre esta citamos: Mandel (1990), Ribeiro e Mendonça (1986) e M. Carcanholo e Baruco (2006).

⁶ Sendo c = capital constante (parte do capital global que se troca por meios de produção), v = capital variável (parte do capital global que se troca por força de trabalho, única parte deste capital que cria valor novo e ainda transfere/conserva o valor do trabalho passado: meios de produção). Marx (1983, I, II) define composição orgânica do capital como a *composição-valor do capital* à medida com que esta seja determinada por sua *composição técnica*.

⁷ O primeiro algarismo romano indica o Livro, portanto aqui Livro Terceiro, e o segundo o Tomo, aqui Tomo I.

Cabe observar que os mesmos movimentos que impulsionam a tendência à queda da taxa de lucro, também resultam em suas contratendências.⁸ Mas o essencial é que a tendência se sobrepõe por não apresentar os mesmos limites de suas contratendências.

A partir desta lei e de suas contratendências uma problemática se coloca: uma vez que os serviços se realizam com baixíssima composição orgânica do capital – por sua própria especificidade, como exploraremos mais adiante – se estes forem trabalho produtivo, contribuiriam diretamente para o alargamento da base de valorização do capital, principalmente através da extração de mais-valia absoluta; no entanto, se não produzirem mais-valia, seria esta mais uma atividade que, juntamente com o capital comercial e bancário, apenas se apropriaria de valor já produzido pelo capital industrial, contribuindo para a diminuição da taxa média de lucro. Mais do que conclusões, as páginas que se seguem, direcionadas pela problemática acima, explicitam a complexidade de um entendimento dos serviços, pressuposto para a compreensão da participação desta atividade na produção capitalista.

1. A CATEGORIA TRABALHO PRODUTIVO

Sobre a categoria trabalho produtivo é importante destacar que na principal obra de Marx, *O Capital*, este tema não é objeto de uma seção, capítulo ou mesmo subseção específica. Nesta obra encontramos desenvolvimentos sobre o tema nos capítulos V e XIV do Livro Primeiro, e outros elementos que tangenciam a questão – embora muitas vezes até centrais, de acordo com a interpretação sobre os serviços – estão presentes nos Livros Segundo (destaque ao capítulo VI) e Terceiro (principalmente capítulo XVII) de *O Capital*. Já nos manuscritos preparatórios de *O Capital* (com destaque aos manuscritos de 1861-63, a partir dos quais se publicou a obra *Teorias da mais-valia*, e aos manuscritos de 1865-67, de onde foi retirado o *Capítulo VI Inédito*) encontramos desenvolvimentos mais completos sobre esse tema específico. Na primeira obra, essa temática se encontra na crítica de Marx aos fisiocratas e à Adam Smith e, principalmente, nos “*Aditamentos*”, no Volume I, em que temos uma seção específica sobre esse entendimento. Da mesma forma, no *Capítulo VI inédito*, temos uma seção dedicada ao tema.

1.1. Trabalho produtivo para os fisiocratas e para Adam Smith e as críticas de Marx

Como temos por horizonte um entendimento dos serviços na produção capitalista, é frutífero iniciarmos esta problematização com o debate que Marx trava com alguns de seus antecessores, em destaque, os fisiocratas e Adam Smith. O trabalho produtivo em geral é caracterizado como o

⁸ Um exemplo é a terceira contratendência, pois o barateamento dos meios de produção decorre também do aumento da composição orgânica do capital, pressuposto para a queda tendencial da taxa de lucro.

trabalho que produz um excedente, ou seja, produz mais riqueza do que consome no processo de produção.

No entendimento dos fisiocratas, a agricultura tornava-se a única atividade produtiva, pois além de alimentar os trabalhadores da terra – classe produtiva –, ainda remunera toda classe estéril, fornece as matérias-primas e paga por ferramentas para uma nova produção e, principalmente, gera um valor excedente em relação ao investido no início do ciclo, excedente destinado à classe dos proprietários (QUESNAY, 1996). Segundo Marx (1980) a contribuição dos fisiocratas está exatamente em definir trabalho produtivo como aquele que produz excedente e, o mais importante, excedente para o proprietário. No entanto, os fisiocratas reduzem o trabalho ao seu valor de uso enquanto trabalho concreto, trabalho agrícola, que é produtivo por produzir valores de uso excedentes (ROLL, 1962). Mas conclui Marx (1980, p. 134) que: “não obstante resta a definição correta de só ser produtivo o trabalho assalariado que gera valor maior que o seu custo”.

Para Smith (1983, p. 63-4) a riqueza é o poder de comandar trabalho alheio e por sua vez o trabalho é a medida do valor.⁹ A partir desse entendimento Smith (1983, p. 285) desenvolve a “concepção acertada” dos fisiocratas de que trabalho produtivo é aquele que produz excedente para o proprietário/capitalista (além de remunerar o trabalhador). Marx (1980, p. 133) demonstra que Smith, a partir das ideias fisiocratas, chega a essa definição de que o excedente é produzido para o capitalista, concepção de trabalho produtivo que “[...] é consequência natural do modo como A. Smith vê a origem da mais-valia, por conseguinte a natureza do capital”.

Ao definir valor como quantidade de trabalho, Smith avança em relação aos fisiocratas, pois considera o excedente dado pelo valor de troca e não pelo valor de uso, portanto o trabalho na manufatura também é produtivo. No entanto, aponta os serviços como atividade improdutivo devido ao seu resultado, ou seja, por cessar de existir ao término da execução. Essa concepção adicional de trabalho produtivo para Smith é considerada equivocada por Marx, o qual a interpreta como consequência de dois elementos: a) da contradição de Smith relacionada à “durabilidade” e “materialidade” da riqueza; e b) de sua percepção do que Marx considera como uma “tendência” do desenvolvimento da própria produção capitalista.¹⁰ Smith (1983, p. 286-7) também definirá trabalho produtivo e improdutivo por sua relação com o capital, a partir desta concepção o seu resultado deixa de ser determinante. Este autor define trabalhadores produtivos como aqueles cujo trabalho é

⁹ Sobre os desdobramentos da teoria valor-trabalho de Smith tratamos em Tristão (2007), assim como lá desenvolvemos também de forma mais completa as críticas de Marx as concepções de trabalho produtivo e improdutivo desse autor.

¹⁰ O primeiro aspecto é encontrado nas considerações de Smith (1983, p. 297) acerca do enriquecimento em relação à durabilidade das mercadorias adquiridas, o que segundo Marx (1980, p. 153) é um retrocesso de Smith às ideias mercantilistas de “durabilidade”. Em outra passagem, Marx (1980, p. 140) afirma que as considerações de Smith do trabalho produtivo como aquele que produz algo vendável podem decorrer da “tendência” do desenvolvimento do modo de produção capitalista, através da qual “[...] cada vez mais se firmará uma diferença material entre trabalhadores produtivos e improdutivos, pois os primeiros, com raras exceções, produzirão exclusivamente mercadorias, e os últimos, com raras exceções, realizarão apenas serviços pessoais”.

trocado por capital, ou seja, pela parte do produto anual destinado a repor capital e criar o lucro, enquanto o trabalho improdutivo seria trocado por renda que se destina ao consumo imediato. Essa caracterização cria a possibilidade dos serviços serem produtivos desde que se troquem por capital e não por renda. Quanto a esta segunda definição Marx é explícito em sua concordância:

[...] A. Smith penetrou no âmago da questão, acertou na mosca, e um dos seus maiores méritos científicos [...] é o de ter definido o trabalho produtivo como trabalho *que se troca de imediato por capital* – troca em que as condições de produção do trabalho e o valor em geral, dinheiro ou mercadoria, antes de tudo se transformam em capital (e o trabalho em trabalho assalariado na acepção científica). (MARX, 1980, p. 137)

A crítica de Marx nas *Teorias da mais-valia* às concepções dos fisiocratas e de Smith acerca das categorias trabalho produtivo e improdutivo trespassa suas elaborações acerca dessas categorias, principalmente considerando Livro I de *O Capital*, *Teorias da mais-valia* e *Capítulo VI Inédito*.

1.2. O conceito de trabalho produtivo em Karl Marx

Apesar de utilizar-se das definições “acertadas” de Smith para suas conclusões, Marx supera definitivamente a economia política, suas contradições e limites. Ele demonstra o processo de valorização que ocorre durante o processo de trabalho na produção de mercadorias. A produção de mais-valia torna-se fundamento para a definição de trabalho produtivo:

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. (MARX, 1983, I, II, p. 105)

Marx revela o que seus antecessores não conseguiram: a essência do modo de produção capitalista que tem por base a produção de mais-valia. O processo de valorização é possível, pois ao comprar a força de trabalho do trabalhador o capitalista a compra pelo seu valor de troca (salário), que corresponde ao tempo de trabalho socialmente necessário para produzir os meios de subsistência indispensáveis ao seu portador. Porém, o que o capitalista utilizará é o valor de uso dessa força de trabalho, a qual, pertencendo ao capitalista (como qualquer outra mercadoria comprada), poderá ser utilizada como seu “proprietário” determinar e, neste caso, em tempo de trabalho superior ao tempo de trabalho necessário para reproduzi-la. Esse tempo de trabalho excedente é a mais-valia, apropriada pelo capitalista. Trabalho produtivo é trabalho que reproduz valor e produz mais-valia, independente de seu resultado material. Assim, várias atividades dos serviços são atividades produtivas, pois o que define o trabalhador como produtivo não é o processo de trabalho ao qual se submete, mas se ele participa ou não do processo de valorização do capital, como indica a citação:

[...] o processo de trabalho é apenas um meio para o processo de valorização do capital. É produtivo, pois, aquele trabalho que se representa em *mercadorias*, porém, se considerarmos a

mercadoria individual, é-o aquele que, numa parte alíquota desta, representa *trabalho não pago*. (MARX, 1985, p. 109)

Existem, porém, diferenças explícitas entre o trabalho dentro de uma fábrica capitalista e os serviços. O primeiro utiliza a força de trabalho assalariada e produz mercadorias que existem separadamente do ato de produção, ou seja, cujo resultado é material, já nos serviços o produto pode existir de duas maneiras, como explicita Marx:

1) O seu resultado são mercadorias que existem separadamente do produtor [...] por exemplo, livros, quadros, todos os produtos artísticos que existem separadamente da atividade artística do seu criador e executante [...]. 2) O produto não é separável do ato de produção. (MARX, 1985, p. 119-20)

Não é, no entanto, o resultado separável ou não do ato de produção o que determina a diferença entre o trabalho produtivo e improdutivo. A diferença fundamental consiste na finalidade de sua troca por dinheiro: “A diferença entre o trabalho produtivo e o improdutivo consiste apenas em que, em si, o trabalho é trocado por dinheiro como dinheiro e em dinheiro como capital” (MARX, 1985, p. 119). Para ilustrar esse fato, Marx nos dá alguns exemplos, como nos mostra a citação:

Uma cantora que canta como um pássaro é uma trabalhadora improdutiva. Na medida em que vende o seu canto é uma assalariada ou uma comerciante. Porém, a mesma cantora contratada por um empresário que a põe a cantar para ganhar dinheiro, é uma trabalhadora produtiva, pois produz diretamente capital. Um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante o seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica conhecimento é um trabalhador produtivo. (MARX, 1985, p. 115)¹¹

Nesse sentido, não haveria qualquer dúvida quanto à caracterização dos serviços como trabalho produtivo. No entanto, como pontuaremos a seguir, quando outras categorias se somam a esta e amplia-se a análise para o processo global de produção capitalista,¹² novas questões surgem e este tema torna-se centro de polêmicas no campo marxista.

2. A COMPLEXIDADE DOS SERVIÇOS

Para ilustrar a problemática sobre o trabalho produtivo, a seguir apontaremos temas e categorias que são objetos de controvérsia ou que complexificam a análise do caráter produtivo ou improdutivo dos serviços.

2.1. Os limites dos serviços apontados por Marx

Ao tratar da aplicação da produção capitalista aos serviços em suas duas formas, já citadas, Marx aponta para a existência de limites para essa aplicação capitalista:

¹¹ Em Marx (1983, I, II, p. 106), exemplifica-se com o trabalho produtivo do professor da “fábrica de ensinar”.

¹² Ao final do *Capítulo VI Inédito* e das *Teorias da Mais-Valia*, Marx afirma que até o momento sua análise se direcionou ao processo imediato de produção. E é neste nível de abstração que se encontra o Livro Primeiro de *O Capital*, de onde partiram todas as considerações que pontuamos até aqui.

1) O seu resultado são mercadorias que existem separadamente do produtor [...]. **A produção capitalista só se pode aplicar aqui de maneira muito limitada.** [...] 2) O produto não é separável do ato de produção. **Também aqui o modo de produção capitalista só tem lugar de maneira limitada,** e só pode tê-lo, devido à natureza da coisa, em algumas esferas. (negrito ET; MARX, 1985, p. 119-20)¹³

Nas *Teorias da mais-valia*, após passagem semelhante, Marx (1980, p. 404) acrescenta que aqueles serviços do primeiro tipo, que resultam em mercadorias, muitas vezes apresentam-se como forma de transição, sendo esta “[...] uma relação que nada tem a ver com o autêntico modo de produção capitalista e não lhe está ainda subsumida, nem mesmo formalmente”. Essas atividades trabalhariam apenas para um capital mercantil. Ainda no final dessa mesma seção, afirma: “todas essas manifestações da produção capitalista nesse domínio, comparadas com o conjunto dessa produção, são tão insignificantes que podem ficar de todo despercebidas”. Certamente se isso era um fato na época de Marx, atualmente o mesmo não se manifesta.¹⁴

Ora, diante destas afirmações, parece-nos claro que estes limites se concentram no fato dos serviços não produzirem uma mercadoria “material”. Observamos que o fato destas atividades apresentarem “limites” não significa que não possam ser utilizadas como atividades produtivas, pois a própria citação afirma sua utilização na “produção capitalista”, o que não pode ter um sentido diverso pode ter frente ao seu fundamento: a produção de mais-valia. De qualquer forma, na próxima subseção abordaremos o caráter “imaterial” dos serviços.¹⁵

2.2. Materialidade da mercadoria

Como esses limites não estão explícitos na obra marxiana, uma saída comum é procurá-los como desdobramento do resultado imaterial dos serviços.¹⁶ Essa saída é fomentada pela “tendência”

¹³ Esse resultado dos serviços, em suas duas formas, pode ser encontrado também em Marx, 1980, p. 399 e 403-4.

¹⁴ Para ilustrar: em Janeiro de 2014, 41,10% das pessoas ocupadas nas regiões metropolitanas no Brasil vinculavam-se aos serviços (excetuando comércio e serviços bancários). (IBGE, 2014)

¹⁵ Falar em “imaterial” atualmente coloca-se como um risco, isto porque recentemente surgiu a tese de que, nos dias atuais, a economia seria pautada pelo trabalho imaterial, cujos principais determinantes são a linguagem, o afeto, a informação e a subjetividade. As conclusões que daí decorrem, como as apresentadas no livro de Antonio Negri e Michel Hardt, *O Império*, é que hoje o capital teria se adequado as exigências da classe trabalhadora, a qual se nega a desenvolver trabalhos esvaziados e repetitivos, de forma que “as únicas configurações de capital capazes de prosperar no novo mundo são as que se adaptarem à nova composição de força do trabalho imaterial, cooperativa, comunicativa e afetiva” (HARDT e NEGRI, 2001, p. 297). Ao mesmo tempo tem-se a subsunção real de toda a sociedade, viveríamos assim numa “sociedade-fábrica”, enquanto o trabalho cooperativo já indica que o momento social é caracterizado pelo socialismo. Ressaltamos apenas que o resultado “imaterial” dos serviços nada tem a ver com estas concepções, trata-se simplesmente da não separação entre produto e produção. Sobre o trabalho imaterial citamos: HARDT, M. e NEGRI, A. *Império*. 3ª Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001; LAZZARATO, M. e NEGRI, A. *Trabalho imaterial: formas de via e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. GORZ, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005. A crítica a essas ideias podem ser encontras em: LESSA, S. *Para além de Marx? Crítica da teoria do trabalho imaterial*. São Paulo: Xamã, 2005; BORÓN, A. *Império & Imperialismo*. Uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri. Buenos Aires: CLACSO, 2002; PRADO, E. *Desmedida do valor: crítica a pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005; MORAES NETO, B. R. *Pós-fordismo e trabalho em Antonio Negri: um comentário*. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, nº 18, jun. 2006. (p. 39-61).

¹⁶ Esse é o caso de Mandel (1985), Lessa (2007), e mesmo autores que apenas tangenciam a temática, como Saviani (2008), sendo que apenas para esse último isso não impede que os serviços sejam produtivos.

apresentada no modo de produção capitalista de que cada vez mais a produção “material” seja subsumida ao capital, e que fora dela só restem os serviços.

[...] com a extensão do jugo do capital à produção inteira, isto é, com a produção de toda mercadoria para o comércio e não para o consumo imediato, e com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, cada vez mais se firmará uma diferença material entre trabalhadores produtivos e improdutos, pois os primeiros, com raras exceções, produziram exclusivamente *mercadorias*, e os últimos, com raras exceções realizarão serviços pessoais. Assim, a primeira classe produzirá riqueza imediata, material, consistente em mercadorias, todas as mercadorias excetuada a constituída pela própria força de trabalho. (MARX, 1980, p. 140)

Essa passagem poderia sugerir que a produção de “riqueza imediata, material” adequar-se-ia melhor aos objetivos da produção capitalista, qual seja: valorizar capital. Enquanto os serviços, por não resultarem, em sua maioria, como é o caso da atividade docente, em “riqueza imediata, material” não seriam utilizados na valorização de capital.¹⁷ Esse argumento é justamente utilizado por Marx para explicar o porquê de Smith considerar os serviços como atividade improdutiva. No entanto, o seguinte trecho é esclarecedor:

Quando falamos da mercadoria como materialização do trabalho – no sentido de seu valor de troca –, trata-se apenas de uma simples maneira de ser ideal, isto é, meramente social de mercadoria, e nada tem a ver com sua realidade corpórea; concebe-se a mercadoria como determinada quantidade de trabalho social ou de dinheiro. É possível que o trabalho concreto de que resulta, nela não deixe vestígio. (MARX, 1980, p. 151)

O fato desta “imaterialidade” não ser impeditivo para que a atividade de serviços seja utilizada como trabalho produtivo pode ser ainda encontrada no Livro Segundo de *O Capital*. Ao tratar dos transportes Marx (1983, II, p. 42-4) afirma que para atividades cujo efeito útil só é consumível durante o processo de produção e que, portanto, não circule como mercadoria “[...] o valor de troca desse efeito útil é determinado, como o das demais mercadorias, pelo valor dos elementos de produção consumidos para obtê-lo (força de trabalho e meios de produção) somados à mais-valia, criada pelos trabalhadores [...]”.¹⁸ Na análise do ciclo do capital, no Livro II d’*O Capital*, a diferença entre serviços e produção imediata de valores de uso vendáveis se expressa num ciclo do capital mais curto: $D - M <_{FT}^{MP} \dots P \dots D'$.¹⁹ Não temos aqui M' , ou seja, o capital-mercadoria na qual o trabalho se objetiva. Segundo Marx, isto não impede que a atividade de transporte de mercadorias seja atividade produtiva, no entanto, embora esta mesma fórmula possa

¹⁷ Conclusão de Ruy Fausto (1987, p. 255), que afirma: “[...] o trabalho que tem como resultado um produto material, e o produto material, são as formas mais adequadas para respectivamente ser explorado em forma capitalista e ser vendido como mercadoria”. Porém, em nota de rodapé, conclui que no século XX a forma “material” e “imaterial” tornam-se ambas adequadas à produção capitalista, e que a afirmação de Marx valeria apenas para o século XIX. Já Eleutério Prado (2005) sugere que a mercadoria “imaterial” é inadequada ao capital, pois seu valor de troca, para ser mensurado, passa a depender de aspectos também qualitativos, os quais apresentam dificuldades/inadequações para tal.

¹⁸ Elaboração semelhante sobre os transportes de pessoas ou mercadorias está em Marx (1980, p. 404-5)

¹⁹ Sendo **D** – dinheiro; **M** – mercadoria; **MP** – meios de produção; **FT** – força de trabalho, e **P** representa o processo de produção.

ser aplicada aos serviços, não existe nenhum consenso sobre esta “imaterialidade” ser ou não impeditivo para uma atividade ser produtiva.²⁰

2.3. *Subsunção real e formal*

Na busca de uma explicação para os limites da utilização capitalista dos serviços, em trabalhos precedentes²¹ pareceu-nos frutífero abordar a questão das formas de subsunção do trabalho ao capital, pois Marx (1985, p. 115) afirma que “[...] a maior parte destes trabalhadores [dos serviços], do ponto de vista da forma, apenas se submetem formalmente ao capital [...]”.

A subsunção formal do trabalho ao capital existe a partir do momento em que um trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista.²² No entanto, esta forma de subsunção em nada altera o conteúdo do processo de produção: o trabalhador executa a atividade tal como o fazia antes de submetê-la ao domínio do capitalista. Esta forma de subsunção relaciona-se diretamente a produção de mais-valia absoluta, pois como em nada o capital altera o processo produtivo a única forma de conseguir um aumento da mais-valia produzida é pelo prolongamento da jornada de trabalho ou intensificação do trabalho. A coerção é a regra para o aumento da produtividade.

Já a subsunção real do trabalho ao capital pressupõe uma alteração no processo produtivo, a qual deriva diretamente desta subsunção. Apenas quando o trabalho modifica-se em seu conteúdo, em decorrência do domínio do capital sobre ele, é que o modo de produção capitalista assume sua forma específica, ou seja, o processo produtivo lhe é subsumido socialmente e materialmente. Este processo se verifica, ainda que de forma incipiente, na manufatura e de forma mais desenvolvida e plena com a maquinaria.²³ As modificações impostas pelo capital ao trabalho, que decorrem em um desenvolvimento das forças produtivas do trabalho – no caso, forças produtivas do capital – direcionam-se a produção de mais-valia relativa. O domínio do capital sobre o trabalho se amplia, inicialmente com o esvaziamento do conteúdo do trabalho dos “peões” na manufatura, e depois com a transformação do trabalhador em mero apêndice, ou mesmo supérfluo ao processo produtivo.

²⁰ Sobre estas posições trataremos na seção três deste texto.

²¹ Tristão, 2007 e 2010.

²² “O essencial na subsunção formal é o seguinte: 1) A relação puramente monetária entre aquele que se apropria do sobretrabalho e o que o fornece [...]. É apenas na sua condição de possuidor das condições de trabalho que, neste caso, o comprador faz com que o vendedor caia sob sua dependência econômica; não existe nenhuma relação política, fixada socialmente, de hegemonia e subordinação. 2) O que é inerente à primeira relação – caso contrário o operário não teria que vender a sua capacidade de trabalho – é que as suas condições objetivas de trabalho (meios de produção) e as suas condições subjetivas de trabalho (meios de subsistência), monopolizadas pelo aquisidor da sua capacidade de trabalho, se lhe opõem como capital. [...] O processo de trabalho, do ponto de vista tecnológico, efetua-se exatamente como antes, só que agora como processo de trabalho subordinado ao capital” (MARX, 1985, p. 94-5).

²³ “Na subsunção real ao capital [...] desenvolvem-se as forças produtivas sociais do trabalho e, graças ao trabalho em grande escala, chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata. Por um lado, o modo de produção capitalista, que agora se estrutura como um modo de produção *sui generis*, origina uma forma modificada de produção material. Por outro lado, essa modificação da forma material constitui a base para o desenvolvimento da relação capitalista, cuja forma adequada corresponde, por consequência, a determinado grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas do trabalho” (MARX, 1985, p. 105).

Ainda que na manufatura o capital apenas modifique a forma de organização do elemento subjetivo da produção, a força de trabalho, e que isto já se coloque como subsunção real do trabalho ao capital, a manufatura possui limites significativos que freiam a acumulação de capital.²⁴ Com a maquinaria, o capital encontra sua forma mais adequada e estes limites são superados. Esta superação ocorre porque a maquinaria retira as ferramentas das mãos dos trabalhadores e as coloca em um mecanismo automático, ou seja, a destreza e movimentos dos trabalhadores são agora reproduzidos pela máquina, que é tão mais desenvolvida quanto menos a mão humana interfere no processo de transformação do objeto de trabalho em produto.²⁵ A citação a seguir explicita as implicações e o caráter da utilização da maquinaria como base técnica produtiva:

O desenvolvimento do meio trabalho como máquina não é fortuito para o capital, mas é a metamorfose histórica do meio de trabalho herdado a partir do tradição, transformado e adequado para a capital. **A acumulação de saber e destreza, das forças produtivas gerais do cérebro social é bem absorvida, com relação ao trabalho, pelo capital e por isso se apresenta como propriedade do capital**, e mais precisamente o *capital fixo*, na medida em que ele entra como um verdadeiro meio de produção no processo produtivo. A *maquinaria*, portanto, aparece como a forma mais adequada de *capital fixo* e o capital fixo – considerado como o capital em sua relação consigo mesmo – como a *forma mais adequada do capital em geral*. (negrito ET; MARX, 1989, p. 220)

Ora, se grande parte das atividades dos serviços se caracteriza como serviços pessoais, ou serviços que envolvem criatividade, afeto e outras características immanentemente humanas²⁶, como seria possível que estas qualidades humanas fossem absorvidas pelo capital, na medida em que expropriadas do trabalhador? Ao analisarmos atividades como o serviço social e a educação, por exemplo, concluímos, em trabalhos anteriores, que para serviços, cujo conteúdo é humano, seria impensável sua subsunção real ao capital, pois numa analogia com a produção fabril, isso seria o mesmo que expropriar o homem de seus atributos humanos (o que não deixa de acontecer com a alienação), mas, principalmente, transferi-los para a máquina. Igualaríamos então sujeito e objeto?

Em nossas análises anteriores, concluímos que a utilização de serviços no processo de valorização do capital (ainda que seja apenas para apropriação de valor, como defendem alguns autores), leva ao esvaziamento destas atividades, as quais deixam de produzir os valores de uso aos

²⁴ Sinteticamente os limites da manufatura são: 1) limite na decomposição do trabalho, principal elemento em seu aumento de produtividade; 2) Barreira orgânica, pois o homem é “um instrumento muito imperfeito de produção de movimento uniforme e contínuo” (MARX, 1984, p. 10); 3) problema do transporte, pois os trabalhadores são distribuídos de forma isolada, e a matéria-prima tem de correr de mão-em-mão; 4) Os artífices permanecem trabalhadores qualificados, e seu “saber” permanece uma barreira ao aumento de produtividade. Estes limites são sistematizados por Moraes Neto em suas aulas em disciplina ministradas no Curso de Ciências Econômicas na Universidade Estadual Paulista.

²⁵ “[...] [Na] máquina-ferramenta ou máquina de trabalho propriamente dita [...] reaparecem [...] os aparelhos e ferramentas com que o artesão e o trabalhador da manufatura trabalham, não como ferramentas do homem, porém agora como ferramentas de um mecanismo ou ferramentas mecânicas. [...] A máquina-ferramenta é, portanto, um mecanismo que, ao ser-lhe transmitido o movimento correspondente, executa com todas as suas ferramentas as mesmas operações que o trabalhador executava antes com ferramentas semelhantes” (MARX, 1983, I, II, p. 8-9). E ainda: “Como maquinaria, o meio de trabalho adquire um modo de existência material que pressupõe a substituição da força humana por forças naturais e da rotina empírica pela aplicação consciente das ciências da Natureza” (MARX, 1983, I, II, p. 17).

²⁶ Mais a frente, caracterizaremos estas atividades como posições teleológicas secundárias, a partir da obra de György Lukács.

quais se direcionavam, e estes são direcionados a suprir outras necessidades, ainda que não sem contradições e resistências. No caso da educação, ao invés de se educar, apenas se vende os diplomas. Esta contradição, que impacta diretamente no conteúdo dos serviços em-si, deturpando-o, no entanto, não impede que estas atividades, ainda que de forma limitada, sejam utilizadas no processo produtivo, o que caracterizaria os serviços como trabalho produtivo. Basta lembrar que a subsunção formal do trabalho ao capital tal como presente na cooperação simples já faz desta uma forma de trabalho produtivo. No entanto, os limites aí são muitos.

2.4. Posições teleológicas primárias e secundárias

Uma análise da práxis humana a partir da definição de posições teleológicas constitui-se num dos elementos mais ricos que encontramos para entendermos a especificidade dos serviços de modo a fugirmos de definições como “atividade terciária”, ou mesmo de suas caracterizações na Contabilidade Nacional, as quais não consideram a essência da produção capitalista e seu processo de acumulação que nos são explicitados por Marx. Esta análise toma por base os escritos de György Lukács, em sua obra *Ontologia do Ser Social*. A partir de suas análises muito nos foi explicitado sobre a especificidade dos serviços, que até o momento entendíamos apenas como atividades que contém “atributos imanentemente humanos”.

O trabalho, tal como desenvolve Marx (1983, I, I, p. 149), é “[...] um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza [...]”. Esta atividade social é denominada por Lukács (2004) como “posição teleológica primária”, ou seja, atividade voltada à transformação da natureza a partir de uma prévia ideação. Lukács define que o trabalho é composto por uma unidade de atividades heterogêneas, tais quais: posição dos fins, escolha dos meios e a posição (o pôr das cadeias causais).²⁷

Se trata aqui da unidade indissociável entre atos que são em si mutuamente heterogêneos, mas que, em seu novo vínculo ontológico, constituem-se no complexo realmente existente do trabalho. Os atos heterogêneos a que nos referimos aqui são: por um lado, o reflexo mais preciso possível da realidade em questão; por outro, a posição correlada das cadeias causais, que sabemos, são imprescindíveis para a efetivação da posição teleológica. (LUKÁCS, 2004, p. 82)

Com o desenvolvimento social a produção transforma-se em atividade cada vez mais mediada, de forma que entre a posição dos fins, a escolha dos meios e o pôr das cadeias causais que resultam no produto, mais e mais atividades tornam-se necessárias, e com elas multiplicam-se as alternativas, as decisões que dão movimento e direção às cadeias causais.

²⁷ Este entendimento é desenvolvido por Lukács (2004) a partir de considerações de Aristóteles, que divide o trabalho em dois momentos distintos: o pensar (*nóesis*) e o produzir (*poiésis*), e a partir de Nicolai Hartmann, o qual irá desmembrar o primeiro componente, o pensar, em posição do fim e busca dos meios.

Lukács afirmará que com o desenvolvimento social surgem posições teleológicas que não têm como objetivo imediato à transformação da natureza. No próprio processo de trabalho cooperativo se têm atividades que apenas mediante outras posições teleológicas atuam na transformação da natureza. O objeto de tais atividades é, portanto, não a natureza, mas a consciência de outros homens. Desta maneira, estas posições teleológicas tendem a direcionar as posição teleológica de outros no sentido da transformação do objeto, sendo consideradas, portanto, como posições teleológicas secundárias.

As posições teleológicas que aqui se verificam, realmente tem do ponto de vista do trabalho imediato, um caráter secundário; deve ter existido uma posição teleológica precedente para determinar a natureza, o papel, função, etc. das posições singulares, concretas e reais, orientadas a um objeto natural. O objeto desta posição secundária é, portanto, não algo puramente natural, mas a consciência de um grupo humano; a posição do fim já não visa transformar um objeto natural, mas fazer surgir uma posição teleológica que se direcionada realmente aos objetos naturais; os meios já não são imediatamente intervenções em objetos naturais, mas aqueles que pretendem provocar tais intervenções por parte de outros homens. (LUKÁCS, 2004, p. 104)

Com o desenvolvimento social essas posições teleológicas secundárias se autonomizam do trabalho e constituem-se em atividades próprias de determinados grupos de pessoas ou pessoas no interior da divisão social do trabalho que também se complexifica (LUKÁCS, 1981). Dentre essas atividades temos a política, a educação, a filosofia etc., muitas das quais, como desenvolverá Lukács (1981, capítulo III), constituir-se-ão no que este entende como ideologia. Os serviços se caracterizam por serem posições teleológicas secundárias, uma vez que se direcionam a outros homens e não a natureza.

Esta análise corrobora com nosso entendimento de que a especificidade dos serviços impõe limites para sua utilização capitalista. Para Lukács existem inúmeras diferenças entre as posições teleológicas primárias e secundárias. A seguir exporemos uma breve síntese destas diferenças, apontando características presentes nas posições teleológicas secundárias quando comparadas às posições teleológicas primárias:²⁸

- a) maior grau de incerteza e intenção mais imprecisa uma vez que não agem sobre séries causais e sim sobre outras posições teleológicas;
- b) diferente “resistência da matéria” que modifica os critérios de erro e acerto, pois a ação envolve valores que podem influir sobre as escolhas alternativas da produção;
- c) possibilidade de operar com falsas consciências, que podem com êxito agir sobre outras posições teleológicas;
- d) maior campo de desconhecimento, pois legalidades externas podem surgir após o início da ação e mover a ação última daqueles que executam o ato individual do trabalho no sentido estrito (cuja ação última é pôr da cadeia causal);
- e) menor duração, o que impossibilita análises e modelos abstratos sobre essas atividades que se modificam mais rapidamente a partir de mudanças sócio-históricas;
- f) e menor incidência sobre a essência, pois sua ação aí é mediada pelas posições teleológicas sobre as quais atua.

²⁸ Estas são explicadas de forma mais detalhada em Tristão (2011, p. 202-6).

Todas essas diferenças que se desenvolvem a partir da gênese e função de cada atividade destas têm por fundamento a “matéria” sobre a qual as posições teleológicas secundárias atuam, pois não se trata de pôr em movimento séries causais, mas sim, agir sobre outras posições teleológicas, que além de responderem a legalidades sociais, que só agem tendencialmente, ainda incidem sobre elas categorias puramente sociais e em-si heterogêneas, como os valores, o afeto, os preconceitos, e tudo isso tendo por horizonte de ação a vida cotidiana, na qual operam a imediatividade, a heterogeneidade e a superficialidade extensiva.²⁹

Essas diferenças parecem-nos elementos importantes na compreensão dos serviços, e ao percebê-las como resultado da gênese e função distintas do trabalho frente a posições teleológicas secundárias, concluímos que toda analogia entre essas atividades torna-se complicada. Entendemos que estas diferenças não impedem a utilização dos serviços no processo de valorização do capital, mas complexificam e limitam esta utilização. Fica-nos claro, também, que a subsunção destas atividades ao capital tem pressupostos muito distintos da subsunção de posições teleológicas primárias, por todas as diferenças pontuadas, mas principalmente por sua gênese, função e “matéria” sobre a qual atuam.

2.5. Trabalho Coletivo³⁰

Outra categoria que será de suma importância ao entendimento do trabalho produtivo e que, como os elementos já citados, vêm a complexar sua análise, e uma análise dos serviços, é a de trabalho coletivo. Marx trata desta categoria em três obras (MARX, 1983; 1985; 1980) e em ambas desenvolve suas considerações acerca de trabalho coletivo ao referir-se ao modo de produção especificamente capitalista e ao processo de subsunção real do trabalho ao capital. Para escolhermos uma definição a que Marx deu redação final e que foi publicada em vida, para que não haja dúvidas sobre possíveis contradições, citamos a definição de trabalho coletivo presente no Livro Primeiro de *O Capital*:

Na medida em que o processo de trabalho é puramente individual, o mesmo trabalho reúne todas as funções que mais tarde se separam. Na apropriação individual de objetos naturais para seus fins de vida ele controla a si mesmo. Mais tarde ele será controlado. O homem isolado não pode atuar sobre a Natureza sem a atuação de seus próprios músculos, sob o controle de seu próprio cérebro. Como sistema natural cabeça e mão estão interligados, o processo de trabalho une o trabalho intelectual com o trabalho manual. Mais tarde separam-se até se oporem como inimigos. O produto transforma-se, sobretudo, do produto direto do trabalhador coletivo, isto é, de um pessoal combinado de trabalho, cujos membros encontram-se mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho. (MARX, 1983, I, II, p. 105)

²⁹ Sobre a vida cotidiana citamos: NETTO, J. P. Para a crítica da vida cotidiana. In: NETTO, J. P.; FALCÃO, M. C. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1989.

³⁰ Uma análise mais detalhada sobre a categoria “trabalho coletivo” foi por nos desenvolvida em Tristão (2012 e 2012a).

Por esta definição há uma ampliação do caráter cooperativo do processo de trabalho. Enquanto na cooperação simples e na manufatura todos os trabalhadores que compunham o trabalho coletivo trabalhavam lado a lado num mesmo processo produtivo ou em processos diferentes e conexos, tal como Marx define a cooperação em geral no capítulo XI,³¹ com o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista em sua forma plena esta cooperação se complexifica. A citação a seguir explicita a diferença entre estas distintas formas de cooperação:

Na manufatura, a articulação do processo social de trabalho é puramente subjetiva, combinação de trabalhadores parciais; no sistema de máquinas, a grande indústria tem um organismo de produção inteiramente objetivo, que o operário já encontra pronto, como condição de produção material. Na cooperação simples e mesmo na especificada pela divisão do trabalho [manufatura], a supressão do trabalhador individual pelo socializado aparece ainda como sendo mais ou menos casual. A maquinaria, [...], só funciona com base no trabalho imediatamente socializado ou coletivo. O caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se agora, portanto, uma necessidade técnica ditada pela natureza do próprio meio de trabalho (MARX, 1983, I, II, p. 17).

Na cooperação simples, “existente nos primórdios ainda artesanais da produção capitalista”, e mesmo na manufatura, a cooperação, ou constituição do trabalho coletivo, é subjetiva e ainda é mais ou menos casual. Já na cooperação com base técnica automatizada (maquinaria) a cooperação é ditada pelo próprio meio de trabalho: a máquina, forma mais adequada ao capital em geral. Na maquinaria a cooperação amplia-se, pois agora para que o processo de produção se realize são necessárias numerosas atividades.³² Como afirma Marx: “o produto transforma-se, sobretudo, do produto direto do trabalhador coletivo, isto é, de um pessoal combinado de trabalho, cujos membros encontram-se mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho”. O processo produtivo é imediatamente coletivo. Entende-se que, portanto, o trabalho coletivo descrito no Capítulo XIV de Marx pressupõe o modo de produção especificamente capitalista em sua forma mais adequada, a maquinaria.³³

³¹ “A forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes mais conexos, chama-se cooperação” (MARX, I, I, 1983, p. 259)

³² “Como base técnica da produção, a maquinaria só funciona, e com ela todo processo produtivo, com base no trabalho coletivo, aí incluídos: os que trabalharam apenas com o cérebro, aqueles que deram aplicação técnica a conhecimentos científicos, que viram nas forças da natureza sua aplicabilidade técnica; aqueles que direcionaram essa técnica a um fim, que elaboraram idealmente o produto; ainda há aqueles que tornaram a aplicação técnica da ciência e das forças naturais em máquinas; aqueles que organizaram essas máquinas num processo produtivo harmônico e global; há aqueles que irão controlar o funcionamento dessas máquinas, muitas vezes sem conhecer seus princípios; ainda aqueles que irão apenas supervisionar o funcionamento da máquina; em alguns casos, aqueles que alimentarão a máquina com o objeto a ser transformado; depois aqueles que levarão ao transporte os produtos prontos; outros tantos que cuidarão do funcionamento e manutenção dos edifícios; e, por fim, aqueles que atuaram para que esse coletivo heterogêneo reconheça-se como uma unidade, para que todos atuem de forma coerente, como os gerentes e, porque não, psicólogos e assistentes sociais. Para cada processo produtivo, essa combinação e essas funções se alteram, mas cada uma dessas funções é executada por um trabalhador indispensável ao processo produtivo, tenha ele ou não consciência da produção e de seu resultado. Esta interconexão é fruto e imanente ao modo de produção especificamente capitalista, ao modo de produção que encontrou sua forma adequada, a maquinaria” (TRISTÃO, 2012, p. 22). A este respeito vide seção 4.3 em Tristão (2011)

³³ Como veremos na subseção 4.2, nossa interpretação toma rumos muito distintos da de Sérgio Lessa (2007). Entendemos que diversas análises que tomam a cooperação simples ou mesmo a manufatura como formas características ao trabalho coletivo apresentado por Marx no capítulo XIV simplificam e empobrecem a análise,

Este entendimento torna-se essencial para compreensão do que se segue na definição de Marx acerca do trabalho produtivo. Para Marx, o conceito de trabalho produtivo sob a forma especificamente capitalista se amplia para aí incluir os diversos trabalhadores que compõe o trabalho coletivo, segue trecho imediatamente posterior à definição citada de trabalho coletivo em Marx:

Com o caráter cooperativo do próprio processo de trabalho amplia-se portanto, necessariamente o conceito de trabalho produtivo e de seu portador, do trabalhador produtivo. Para trabalhar produtivamente, já não é necessário, agora, pôr pessoalmente a mão na obra; basta ser órgão do trabalhador coletivo, executando qualquer uma de suas subfunções. A determinação original, acima, de trabalho produtivo, derivada da própria natureza da produção material, permanece sempre verdadeira para o trabalhador coletivo, considerado como coletividade. Mas ela já não é válida para cada um de seus membros tomados isoladamente. (MARX, 1983, I, II, p. 105)

Este trecho, além de mostrar-nos a definição de Marx sobre trabalho produtivo, faz-nos uma importante advertência. Para Marx é verdadeiro que enquanto coletividade todos os trabalhadores do trabalhador coletivo são trabalhadores produtivos, no entanto, quando tomados isoladamente, esta definição já não é válida. Esta advertência nos remete à análise do trabalho coletivo como um complexo composto por posições teleológicas primárias e posições teleológicas secundárias. Estas últimas, como indicado na subseção anterior, direcionam-se a outras posições teleológicas e não à manipulação direta na transformação da natureza. Se a posição teleológica primária não se realizar, a posição teleológica secundária também não terá efetividade em seu objetivo, neste caso, é a transformação da natureza a partir de um direcionamento a determinado fim, esta permanecerá apenas como potência.³⁴

Ainda sobre a relação de trabalho produtivo e trabalhador coletivo, no mesmo trecho Marx pontuará que o conceito de trabalho produtivo se estreita, pois só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia:

Por outro lado, porém, o conceito de trabalho produtivo se estreita. A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem que produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. (MARX, 1983, I, II, p. 105)

Ao explicitar o trabalho coletivo, Marx dá novo significado ao trabalho produtivo frente à definição dada na seção primeira do capítulo V do Livro Primeiro (trabalho que produz valores de uso). Esta observação complexifica ainda mais nossa análise. Se até então trabalho coletivo era analisado sob uma perspectiva de trabalho produtivo enquanto aquele que produz valores de uso, então fica o questionamento sobre a possibilidade do trabalho coletivo tal como anteriormente posto ser ou não produtivo no sentido de servir a valorização do capital. Ainda assim, mesmo que se

chegando mesmo a conclusões equivocadas, uma vez que cada forma social de trabalho apresenta características próprias quanto ao trabalho coletivo.

³⁴ Sobre o entendimento de trabalho coletivo como um complexo citamos Tristão (2011, Seção 5.1; 2012a).

estendêssemos essa “ampliação” ao trabalho produtivo (como trabalho coletivo) enquanto aquele que produz mais-valia (conceito “mais estreito”) nem todos os membros do trabalhador coletivo, *se considerados isoladamente*, atuariam diretamente na transformação do objeto de trabalho. Indaga-se então se, considerados isoladamente, esses trabalhadores também não deixariam de ser produtivos também no sentido “estrito” do termo.³⁵

3. ALGUMAS INTERPRETAÇÕES

Dentre os diversos entendimentos sobre trabalho produtivo e improdutivo, considerando mais precisamente o que se pensa sobre os serviços, destacamos quatro interpretações e, mesmo assim, restringimo-nos a alguns aspectos destas análises, tendo por intuito ilustrar a polêmica sobre este tema. Estes diversos autores, mesmo tomando por base os mesmos escritos de Marx, chegam a conclusões muito diferentes.

3.1. Ernest Mandel e a diferença entre valorização do capital individual e global

Um dos teóricos mais importantes do campo marxista certamente é Ernest Mandel. No Brasil suas duas obras de maior circulação são *Capitalismo tardio* e *Crise do Capital*. Para tratarmos das concepções deste autor acerca da categoria trabalho produtivo, abordaremos aqui uma obra ainda sem tradução ao português, intitulada *El Capital: cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx*. Neste livro Mandel (1998) parte da concepção de que trabalho produtivo é aquele que se troca por dinheiro enquanto capital e não dinheiro como renda,³⁶ ou seja, toda atividade que valoriza capital pode ser considerada atividade produtiva. No entanto, Mandel afirma que esta definição está correta quando analisada do ponto de vista de um capital individual, o mesmo não se dá ao analisar-se o processo global de produção. Segundo Mandel, esta primeira definição está presente no Livro Primeiro de *O Capital*³⁷, porém, a partir do Livro Segundo, Marx define que trabalho produtivo é aquele que contribui para o aumento da massa global de valor, de forma que muitas atividades que valorizam capital individual não contribuem ao aumento da massa global de mais-valia, ou seja, são atividades que apenas se apropriam de valor, tal como as atividades do comércio ou da bolsa de valores.

Sólo la producción de mercancías hace posible la creación de valor y plusvalor. Sólo dentro del área de la producción de mercancías, pues, se lleva a cabo el trabajo productivo. Ningún nuevo plusvalor se puede agregar a la esfera de la circulación y el intercambio, para no hablar de la bolsa de valores o el mostrador del banco; todo lo que tiene lugar ahí es la redistribución o reparto del plusvalor creado antes. (MANDEL, 1998, p. 123)

³⁵ Em seguida, veremos se algumas das diversas interpretações sobre trabalho produtivo em Marx podem nos esclarecer quanto a esta questão.

³⁶ “[...] *el trabajo productivo puede definirse entonces como todo trabajo que se intercambia por capital y no por ingreso*” (MANDEL, 1998, p. 122)

³⁷ Mais precisamente no Capítulo XIV, p. 105. Citamos também Marx, 1980, p. 137 e Marx, 1985, p. 114.

Deste adendo à definição anterior, Mandel conclui que, diferentemente do que Marx aponta em *Teorias da Mais-valia*, em *O Capital*, ao considerar o processo global de produção, Marx concluiria que apenas a produção de objetos materiais pertenceria à esfera da produção de valor.

La definición de trabajo productivo como trabajo productor de mercancías, que combina trabajo concreto y abstracto (es decir que combina la creación de valores de uso y la producción de valores de cambio), excluye lógicamente ‘los bienes no materiales’ de la esfera de la producción de valor. (MANDEL, 1998, p. 124)

Desta forma, Mandel considera como atividades produtivas apenas aquelas que resultam em mercadorias. Mas se deve frisar que para ele não há mercadorias cuja materialidade é apenas social, toda mercadoria deve ter um valor de troca e um valor de uso, que circulam separadamente à produção. Portanto, os serviços – que não resultam em mercadorias “materiais” – seriam improdutivos, excetuando o transporte *de mercadorias*, os quais Marx em *O capital* considera como atividade vinculada diretamente à produção.

Mandel observa ainda que existem diversos serviços que se vinculam, como o transporte, ao processo produtivo, tais como a construção civil, a produção de refeições em restaurantes, no entanto, referem-se à produção de mercadorias. Quaisquer outros serviços, como serviços médicos, educacionais, comerciais, bancários etc., os quais não resultam na produção de mercadorias que existem separadamente do ato de produção, não se configuram como trabalho produtivo.

A partir desta definição, Mandel conclui ainda que atividades que estejam vinculadas à produção de mercadorias, e que sejam indispensáveis a isto, são trabalho produtivo, ou seja, os trabalhadores vinculados ao trabalho coletivo, sejam eles trabalhadores manuais ou não, seriam trabalhadores produtivos:

El trabajo productivo, en tanto que trabajo en el área de la producción de mercancías, es todo el trabajo asalariado indispensable para ese proceso de producción; es decir, no sólo el trabajo manual, sino también el de los ingenieros, la gente de trabaja en los laboratorios, los supervisores y hasta los gerentes y empleados de almacén, en la medida en que la producción física de una mercancía sería imposible sin ese trabajo. (MANDEL, 1998, p. 127)

Não seriam trabalhadores produtivos os contadores, seguranças e outras atividades que contribuem ao funcionamento da fábrica, mas não se relacionam com a produção de mercadorias. Para suas conclusões Mandel considera que existem contradições nas elaborações de Marx sobre a temática, e cita como exemplo partes das *Teorias da mais-valia* e de *O capital* que se contradiriam. Afirma a prioridade de *O capital* frente a seus manuscritos anteriores, os quais constituem *Teorias da mais-valia* e o *Capítulo VI Inédito*. Quanto à definição no Capítulo XIV de *O capital*, no qual encontramos a afirmação de que o professor é tão produtivo quanto o trabalhador da fábrica de

salsichas, neste momento, para Mandel, Marx se referiria apenas à valorização do capital individual, ou seja, com o trabalho do professor o capitalista apenas se apropriaria de mais-valia.³⁸

Diante de suas conclusões questionamos por que, exatamente no Livro Primeiro, quando Marx trata da produção de mais-valia e não de sua apropriação, este fala dos serviços como produtivos? Ora, se os serviços apenas se apropriassem da mais-valia produzida em outras esferas, não teria Marx de apresentá-los ao falar do lucro e não do valor?

3.2. Sérgio Lessa e o trabalho manual

Numa análise polêmica, Lessa (2007) considera os serviços improdutivos, mas não só, ele também considera toda a atividade que não seja trabalho manual como trabalho improdutivo. Para Lessa apenas a produção “material” é produtiva e defende que existem contradições entre os escritos de Marx, neste caso cita elaborações do *Capítulo VI Inédito* e de *O Capital* (LESSA, 2007, p. 26, 27 e 246). No entanto, apesar de alguns pontos comuns, sua análise chega a um extremo que o diferencia substantivamente de Mandel, pois para ele apenas o trabalhador manual é participante do trabalho coletivo.

Em suas conclusões aborda detalhadamente o capítulo XIV do Livro Primeiro de *O Capital*, o qual, em sua primeira página, apresenta a definição de trabalho coletivo de Marx. No entanto, a análise de Lessa, ao considerar as atividades que fazem parte do trabalho coletivo, caracteriza tal trabalho coletivo tendo como ponto de partida as considerações de Marx presentes no capítulo XI, no qual o autor trata da cooperação simples. Esta “escolha” de Lessa o leva a concluir que nenhuma atividade que não manipule diretamente o objeto – que não seja intercâmbio entre o homem e a natureza – ou seja, a totalidade dos trabalhos “intelectuais” não pode pertencer ao trabalho coletivo e, logo, ser trabalho produtivo. Afirma que no trabalho coletivo só cabe o trabalho produtivo, embora este não necessariamente tenha de estar incluído naquele.

O trabalhador coletivo recebe no texto de *O Capital* uma definição bastante precisa: não inclui todos os trabalhadores assalariados, mas apenas aqueles produtivos. E, por sua vez, não inclui todos os trabalhadores produtivos, mas apenas aqueles cujas “operações semelhantes”, que exibem o “cunho de continuidade”, se relacionam com a “manipulação do objeto do trabalho”. E tudo isto em um contexto histórico que opõe como “inimigos” o trabalho manual e o trabalho intelectual. É tão incorreto, conseqüentemente, postular ser o trabalhador coletivo formado por todo e qualquer trabalho produtivo, quanto cancelar as distinções que fazem do trabalhador coletivo um todo heterogêneo composto por proletários que se encontram “mais perto ou mais longe” da “manipulação do objeto”. Portanto, se todo trabalhador coletivo é um trabalhador produtivo, nem todo o trabalhador produtivo é participante do trabalho coletivo. E deste, certamente, não faz parte o trabalhador intelectual. (LESSA, 2007a, p. 191)

Diferentemente de Mandel, o qual considera que do trabalho coletivo participam atividades que não são só trabalho manual, Lessa (2007, p. 147-56, 184-95) restringe essa categoria ao

³⁸ Este é também o entendimento de José Paulo Netto e Marcelo Braz em **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

trabalho manual. Desta forma não apenas os serviços são improdutivos, mas também o é qualquer atividade não manual, as quais nem ao menos participam do trabalho coletivo.

Esta interpretação, a nosso ver, decorre exatamente do equívoco de analisar o trabalho coletivo que pressupõe o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista, tal como Marx (1983, I, II) aborda no Capítulo XIV, com atributos da cooperação simples ou manufatura, que como indicamos na subseção 2.5, apresentam características muito distintas. Discordamos, portanto, em essência desta análise.

3.3. Reinaldo Carcanholo e o excedente econômico mercantil

Reinaldo Carcanholo (2007) defende que o entendimento sobre trabalho produtivo em Marx é essencial para a compreensão do capitalismo contemporâneo. Carcanholo (2007; 2009) denomina esta fase de “capitalismo especulativo e parasitário” e afirma que “[...] a característica básica da fase atual [...] é a contradição, que se aprofunda cada vez mais, entre a produção e a apropriação do excedente econômico mercantil, da mais-valia nas suas diferentes formas”. A partir desta consideração o autor define trabalho produtivo “[...] como aquele que produz excedente na forma mercantil e apropriável pelo capital” (CARCANHOLO, 2007, p. 2)

Primeiramente, Carcanholo discorda de que existam contradições entre as diversas obras de Marx, nas quais há um tratamento da categoria trabalho produtivo, tal como defendem Mandel e Lessa, mas admite a existência de passagens obscuras e algumas confusões. Defende que as maiores contribuições de Marx sobre este tema estão presentes nas *Teorias da mais-valia* e no *Capítulo VI Inédito*. A seguir, Carcanholo sintetiza o que entende como a definição de Marx acerca da categoria trabalho produtivo:

A nossa tese de que o conceito de trabalho produtivo em Marx deve ser considerado mais amplo do que normalmente se admite, inclui nossa particular visão sobre as atividades de contabilidade, supervisão e gerência. Consideramos que uma leitura mais atenta de Marx permite concluir que essas atividades, na medida em que estejam ligadas diretamente a organização da produção, também devem ser consideradas como produtivas e o trabalho assalariado que as realiza é trabalho produtivo. (CARCANHOLO, 2007, p. 6)

Esta definição incorporaria como trabalho produtivo tanto a produção de mercadorias “materiais” quanto serviços, pois a única diferença entre elas é que os segundos são consumidos no próprio ato da produção. As atividades de circulação como transporte, embalagem, expedição etc., também seriam produtivas e muitas atividades puramente comerciais (que não são trabalho produtivo) são exercidas sempre em conjunto com estas atividades da circulação produtivas.

Reinaldo se atenta também à passagem em que Marx define trabalho coletivo, no Capítulo XIV de *O Capital*. Ao analisar as ponderações de Marx sobre o “estreitamento” e “ampliação” do trabalho produtivo frente ao que havia apresentado no Capítulo V, Carcanholo conclui que estes

elementos devem ser analisados sob a ótica de conteúdo (produção valores de uso) e forma social (valorização do capital).

Isso significa concretamente que, se antes, era necessário “botar a mão na massa” para ser trabalho produtivo ou, em outras palavras, tocar diretamente na matéria prima através dos meios de trabalho, agora, uma série de serviços realizados por trabalhadores assalariados deve ser considerada parte do que realiza o *trabalhador coletivo*. Entre outros desses serviços podemos citar, na construção civil, os trabalhos dos arquitetos, engenheiros, projetistas, calculistas, desenhistas, decoradores. Todos esses serviços são realizados por trabalhadores que fazem parte do *trabalhador coletivo*. E, como vimos pelas palavras de Marx analisadas até aqui, devem ser considerados trabalhadores produtivos quando assalariados pelo capital. Produzem valor, produzem mais-valia e, junto com os demais membros do trabalhador coletivo, produzem valores de uso. Assim, vimos que, para Marx e no capitalismo, o conceito de trabalho produtivo apresenta-se com duas caracterizações diferentes, correspondentes a duas dimensões que lhe são próprias; dois polos constituintes da unidade dialética e contraditória em que se configura: o conteúdo material e a forma. (CARCANHOLO, 2007, p. 9)

Apesar de termos de considerar forma e conteúdo material, Reinaldo afirma que na sociedade capitalista a forma predomina sobre o conteúdo na determinação do trabalho produtivo. Neste caso, o conceito de trabalho produtivo que se “amplia”, o trabalho coletivo, necessariamente está incluso naquele mais “estreito” de trabalho que valoriza capital. Por esta análise, Carcanholo nos apresenta uma resposta à nossa indagação ao final da subseção 2.5 deste artigo: todo membro do trabalhador coletivo é trabalhador produtivo uma vez que a forma social predomina sobre o conteúdo material na definição de trabalho produtivo.

Neste sentido, torna-se importante a análise de trabalho produtivo e improdutivo considerando o nível de abstração adotado por Marx, o qual trata sempre de mais-valia e não de lucro ou excedente mercantil, o que demonstra em qual nível de abstração o autor está: no nível individual (ou da reprodução imediata, em nosso entendimento). Carcanholo propõe então uma análise a partir da perspectiva da totalidade (ou do processo global de produção). Embora o caminho proposto seja o mesmo utilizado na argumentação de Mandel, Carcanholo chega a conclusões totalmente diferentes. Para ele, atividades que produzem o que chama de excedente-valor, mesmo aquelas de produtores independentes como artesão e camponeses, são atividades produtivas. No caso destes últimos, o excedente produzido por sua atividade – que se origina do valor que o produtor não pode se apropriar por vender seu produto abaixo do valor individual – é apropriado, por exemplo, pelo capital comercial. Este seria também o caso de professores e profissionais da saúde, os quais: a) além de poderem ser trabalhadores produtivos se vinculados a uma empresa capitalista, b) também contribuem para o excedente do capitalista ao direcionarem suas atividades a trabalhadores produtivos em atividades gratuitas, uma vez que contribuem para a redução do valor pago a esta força de trabalho pelo capitalista, ou c) ainda quando não são remunerados pelo valor integral que produzem. Afirma o autor:

Em resumo, o valor-excedente produzido pelos profissionais, apropriado provisoriamente pelos trabalhadores produtivos do capital, finalmente reaparecerá nas mãos do capital na forma de lucro adicional. Aqueles profissionais por conta própria contribuem para elevar o montante total dos

Carcanholo (2007; 2009), considera que não é o conteúdo da atividade que a torna produtiva ou improdutiva, assim os serviços podem ser atividades produtivas. Apenas as atividades do capital comercial e do capital bancário seriam improdutivas. Numa análise da totalidade (e não do ato individual isolado) também seriam produtivas as atividades cujo resultado é o “excedente mercantil”, que contribuem, portanto, à formação do lucro global, ou “excedente-valor”, que será depois apropriado pelos diversos capitalistas (produtivos, comerciais ou bancários). O excedente-valor é a soma da massa de mais-valia ao excedente mercantil, este último sendo originado nas atividades que não possuem relação de assalariamento (CARCANHOLO; SABADINI, 2009).

Apesar de concordarmos substantivamente com o que Carcanholo desenvolve sobre o trabalho produtivo, entendemos que “ampliar” este conceito para incluir formas intermediárias de produção (artesanato e campesinato), serviço público etc. descaracteriza o conceito de trabalho produtivo, o qual, em nosso entendimento, é aquele que produz mais-valia, e não aquele que permite indiretamente e muito mediadamente a apropriação desta pelo capitalista.

3.4. Isaak Rubin e a forma social como determinante

Em seu livro *A teoria marxista do valor*, utilizando-se principalmente de *O capital* e de *Teorias da mais-valia*, Rubin afirma que para Marx a definição do trabalho como produtivo ou improdutivo não decorre de seu conteúdo, mas sim da forma social (tal como Carcanholo), ou seja, não há uma definição de trabalho produtivo em geral que seja independente das relações sociais.

O trabalho produtivo, para Marx significa: trabalho engajado no *dado sistema social de produção*. Marx está interessado na questão de qual produção social se trata, de como a atividade de trabalho das pessoas empenhadas na produção social difere da atividade de trabalho das pessoas que não estão empenhadas na produção social (por exemplo, o trabalho voltado para a satisfação de necessidades pessoais ou para serviço doméstico). (RUBIN, 1982, p. 279)

A partir deste entendimento não há impedimento para que atividades, que não resultem em nenhum objeto material, seja trabalho produtivo. Para Rubin, atividades ainda que com pouca utilidade como o trabalho do palhaço podem ser produtivas, e atividades úteis como do alfaiate podem ser trabalho improdutivo. O que determina o critério de ser ou não produtivo é se esta atividade é remunerada com dinheiro enquanto capital ou dinheiro consumido como renda. Rubin apresenta duas conclusões que derivam das definições de Marx:

1) todo trabalho que o capitalista compra com seu capital variável, com a finalidade de extrair dele mais valia, é trabalho produtivo, independentemente de este trabalho objetivar-se ou não em coisas materiais e ser ou não objetivamente necessário ou útil para o processo social de produção (por exemplo, o trabalho do palhaço empregado por um empresário circense); 2) todo trabalho que o capitalista não compra com seu capital variável não é produtivo do ponto de vista da economia capitalista, embora esse trabalho possa ser objetivamente útil e objetivar-se em bens de consumo materiais que satisfaçam necessidades humanas de subsistência (RUBIN, 1982, p. 278-9)

A forma social capitalista pressupõe o trabalho assalariado que serve à valorização de capital, este trabalho é o trabalho produtivo. Do ponto de vista de seu conteúdo, uma atividade pode ou não ser produtiva, pois a definição como trabalho produtivo depende da inserção desta atividade sob a forma social capitalista, para ser produtiva deve se destinar à valorização de capital. Para esta definição, Rubin utiliza-se de diversos trechos presentes na *Teoria da mais-valia*. Vale ressaltar que para ele, o trabalho do camponês ou dos artesãos se organiza por princípios diferentes da empresa capitalista (cujo objetivo é valorizar capital) e, portanto, a elas não cabe à distinção entre trabalho produtivo ou improdutivo. Afirma Rubin (1982, p. 284): “o trabalho intelectual necessário para o processo de produção não difere, sob qualquer aspecto, do trabalho físico. É ‘produtivo’ se estiver organizado sobre princípios capitalistas”. Não importa se esta atividade está vinculada ao trabalho físico de uma empresa, o que entendemos como vinculado ao trabalho coletivo, ou se está fora da fábrica, em uma empresa independente. Por essa caracterização os serviços também podem ser atividades produtivas, desde que respondam a esses critérios (serem vinculados à forma social capitalista e executarem funções reais de produção). Uma atividade que por seu conteúdo cria riqueza material pode não ser atividade produtiva e uma atividade que não cria riqueza material, mas se organiza sob os princípios da empresa capitalista, é, necessariamente, uma atividade produtiva. (RUBIN, 1982, p. 285).

O caráter produtivo do trabalho seria uma expressão do caráter produtivo do capital: o trabalho que produz mais-valia é aquele que se troca por capital produtivo em contraposição ao capital comercial, cujo trabalho por este empregado só serve a metamorfoses formais do valor. Atividades que vinculadas a empresas capitalistas executem funções reais de produção (que não se restringe a “materiais”) são produtivos – e nesta categoria este autor inclui a contabilidade; mas aquelas que só servem a metamorfoses formais do valor são improdutivas, embora possam permitir a apropriação de mais-valia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo exposto, ainda que Reinaldo Carcanholo e, em certa medida, Ernest Mandel nos apresentem contribuições significativas, a análise de Isaak Rubin, que remonta ao ano de 1923, parece-nos uma das mais acertadas e nada teríamos a acrescentar a esta. Concluimos que, por mais complexa que seja a análise dos serviços e por mais mediações que tenhamos de fazer para analisá-las de forma análoga ao processo produtivo de mercadorias, estas atividades são, certamente, trabalho produtivo. No entanto, entender sua participação no processo de acumulação de capital no capitalismo contemporâneo, o quanto esta atividade contribui como tendência ou contratendência à queda da taxa de lucro, impõem-nos outros desafios.

Primeiramente, os limites de sua utilização capitalista – decorrentes dos serviços serem posições teleológicas secundárias e não poderem ser subsumidos realmente ao capital – trazem diversas implicações ao capital e a estas próprias atividades em-si. Inspirados em Moraes Neto (1987), entendemos que ao tentar esvaziar “o saber” daquele que exerce a atividade de serviços, o capital acaba por deturpar esta atividade, que deixa de satisfazer às necessidades às quais vêm em resposta. Quais não são as contradições que decorrem deste fato e qual não é a “resistência”, ainda que não explícita, a isto? Sem a manipulação ideológica das massas, ignorantes de não estarem usufruindo uma verdadeira educação, por exemplo, será que isto seria possível? Ou, na ótica do capitalista, consegue este com atividades “esvaziadas” direcionar as posições teleológicas primárias no sentido do fim posto, algo imprescindível à valorização de seu capital? E sem este “esvaziamento”, as atividades dos serviços executadas sob o jugo do capital, da mesma forma que o seriam fora dele permitiriam o domínio do capital e acumulação no ritmo imposto pela insaciabilidade da reprodução capitalista? Para ambos os questionamento, entendemos que os limites da utilização dos serviços à valorização do capital se impõem com maior vigor a partir de sua hipertrofia e são essenciais para a compreensão da participação destas atividades para acumulação de capital na contemporaneidade.

Há ainda outro desafio: “limpar o terreno” das concepções keynesianas, ou mesmo ricardianas, na análise da contribuição dos serviços à produção capitalista. A contabilidade nacional, como destacam Ribeiro e Almeida (2006), nada apreende da essência da acumulação capitalista. Uma vez que até os dados que temos acesso passam pelo filtro exclusivo do fenômeno, é imprescindível entender a participação dos serviços na produção capitalista a partir de outro patamar e, para isto, deve-se dar um novo tratamento na análise das contas nacionais.

Ambos os desafios constituem-se agora objeto de nossa pesquisa, uma vez que o primeiro passo já foi dado: o entendimento dos serviços como trabalho produtivo na produção capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. Ed. Ver. Ampl. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.
- CARCANHOLO, M.; BARUCO, G. C. C. Crise dos anos 1970 e as contradições da resposta neoliberal. In: **Anais...** Encontro Nacional de Economia Política, n. 11, Vitória, 2006.
- CARCANHOLO, R. A categoria marxista de trabalho produtivo. In: **Anais...** Encontro Nacional de Economistas Marxistas, n. 1, Curitiba, 2007.
- _____; NAKATANI, P. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro característico da globalização. **Ensaio FEE**, v. 20, n. 1, p. 284-304, 1999.
- _____; SABADINI, M. Capital Fictício e lucros fictícios. **Revista da SEP**, n. 24, 2009.
- CHESNAIS, F. A proeminência da finança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In: BRUNHOF, S. (et al.). **A finança capitalista**. São Paulo: Alameda, 2010.
- FAUSTO, R. **Marx: lógica e política**. Tomo 2. São Paulo: Brasiliense, 1987.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego, 2014. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaulttab_his t.shtm. Acesso: 15/02/2014.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social: princípios ontológicos fundamentais em Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. *Per una ontologia dell'essere sociale*. v. II, Roma: Riunit, 1981.

_____. *Ontología del ser social: el trabajo*. Tradução de Antonino Infranca y Miguel Vedda. Buenos Aires: Herramienta, 2004.

MANDEL, E. **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo: Ensaio; Campinas/SP: UNICAMP, 1990.

_____. *“El Capital”: cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx*. 2. Ed. México/Espanha/Argentina/Colômbia: Siglo Veintiuno Editores, 1998.

MARX, K. **Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico**. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. **O Capital: crítica da Economia Política**. (5 Volumes). São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **Capítulo VI Inédito de O Capital: resultado do processo de produção imediata**. São Paulo: Moraes, 1985.

_____. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857~1858*. V. 2. 16. Ed. México/Espanha/Argentina/Colômbia: Siglo Veintiuno Editores, 1989.

MORAES NETO, B. A organização do trabalho sob o capitalismo e a “Redoma de Vidro”. **Revista Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, FGV, v. 27, nº 4, out./dez. 1987. (p. 19-30)

_____. **Século XX e trabalho industrial: taylorismo/fordismo, ohnoísmo e automação em debate**. São Paulo: Xamã, 2003.

LUPATINI, M. Processo de trabalho e capitalismo contemporâneo. In: **Anais... Colóquio Nacional Marx e o Marxismo 2011**, NIEP-UFF, Niterói-RJ, 2011.

PRADO, E. **Desmedida do valor: crítica a pós-grande indústria**. São Paulo: Xamã, 2005.

QUESNAY, F. **Análise do Quadro Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

RIBEIRO, N. R.; ALMEIDA, A. C. S. A concepção marxiana de trabalho produtivo: uma crítica às contas nacionais. **Anais... Fórum BNB de Desenvolvimento, Nordeste: estratégias de desenvolvimento regional**, Fortaleza, 2006.

_____; MENDONÇA, A. **A crise econômica atual: um ensaio de interpretação marxista**. **Revista de Economia Política**, v. 6, n. 4, p. 50-70, out./dez. 1986.

ROLL, E. **História das Doutrinas Econômicas**. São Paulo: Cia das Letras, 1962.

RUBIN, I. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**. 10. Ed. Revisada. São Paulo: Autores Associados, 2008.

SMITH, A. **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TRISTÃO, E. **A atividade de serviços na valorização do capital: um estudo sobre a natureza do trabalho docente no Ensino Superior Capitalista**. Monografia (Graduação) 109f. 2007. Curso de Ciências Econômicas, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

_____. **O serviço social em debate: trabalho ou ideologia? Uma sugestão de análise**. Dissertação (Mestrado) 262 f. 2011. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. O trabalho coletivo no modo de produção especificamente capitalista. In: **Anais..., Encontro Nacional de Economia Política**, n. 17, Rio de Janeiro, 2012.

_____. O trabalho como um complexo: uma análise do trabalho coletivo a partir dos desenvolvimentos de György Lukács. In: **Anais... Colóquio Internacional Marx e Engels**, n. 7, Campinas, SP, 2012a.